



PREFEITURA DE

**RIO VERDE**

Avenida Presidente Vargas, 3.215 - Vila Maria  
CEP: 75905-900 - Rio Verde - Goiás  
Fone: (64) 3602-8000  
www.rioverde.go.gov.br

**LEI Nº. 7.394, DE 28 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre transação e parcelamento de débitos decorrentes de multas ambientais lavradas pela Secretaria de Meio Ambiente do Município de Rio Verde e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE – GO APROVA E EU SANCIONO  
A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Rio Verde, o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais ambientais, denominado de REFIS AMBIENTAL, a ser gerido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, objetivando a regularização de débitos originários de multas ambientais e de multas previstas em Termos de Compromissos Ambientais e Termos de Ajustamento de Conduta firmados perante a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, compreendendo contribuintes pessoas físicas ou jurídicas, dívidas constituídas ou não, inscritas ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, com os seguintes propósitos:

I - fomentar e ampliar soluções de litígios em regime de parceria com os demais órgãos do Poder Judiciário visando permitir a recuperação ágil de créditos em favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Rio Verde-GO relativos a multas ambientais aplicadas pela Secretaria de Meio Ambiente, com o objetivo de diminuir a tramitação e o índice de congestionamento processual junto ao Município e nos Tribunais de modo a garantir a efetiva prestação jurisdicional administrativa aos munícipes rio-verdenses;

II – propiciar eficiência na tutela do crédito tributário e conferir maior flexibilidade e agilidade à Secretariada do Meio Ambiente em âmbito administrativo, bem como conferir celeridade à atuação da Procuradoria-Geral do Município de Rio Verde-GO, com o propósito de ampliar a capacidade de arrecadação;

III - garantir o crédito fiscal, mesmo na situação de crise econômico-financeira do contribuinte, pessoa física ou jurídica, a preservação da empresa, do emprego dos trabalhadores e públicos correspondentes, respeitando-se a função social e o estímulo à sociedade empresária;

IV - reduzir a evasão fiscal em todas as suas modalidades, dando oportunidade ao contribuinte para saldar seus débitos;

V - estabelecer mecanismos ágeis e eficientes no sentido de arrecadar tributos e viabilizar extinção de processos executivos e contenciosos, independentemente de estarem em 1º grau, 2º grau ou Tribunais Superiores.

Art. 2º A adesão ao REFIS implica a inclusão da totalidade dos débitos do contribuinte para com a Secretaria de Meio Ambiente ainda que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores não integralmente quitados ou cancelados por falta de pagamento, e se dará mediante assinatura, física ou eletrônica, de termo de declaração espontânea.

§ 1º O REFIS alcança todos os débitos decorrentes de autos de infração lavrados até 31/12/2022 e multas originárias de Termos de Compromissos Ambientais e de Termos de



Ajustamento de Conduta firmados junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente até 31/12/2022.

§ 2º Uma vez requerida a adesão ao programa REFIS AMBIENTAL de que trata esta lei, o pedido de parcelamento constitui confissão irretratável de dívida, bem como reconhecimento expresso, da certeza e liquidez do crédito correspondente e ainda renúncia expressa a qualquer defesa ou recurso administrativo, recurso ou embargos, tanto em processos administrativos quanto judiciais, produzindo os efeitos previstos no Código Tributário Nacional, ainda que não seja deferido o parcelamento ou não ocorra o pagamento das parcelas por desistência ou inadimplemento do sujeito passivo.

§ 3º Não se admitirá a adesão ao REFIS AMBIENTAL de débitos já ajuizados em que haja bloqueio judicial de valores (penhora *on line*) suficientes para liquidação integral do débito sem os descontos concedidos pelo REFIS.

Art. 3º A inclusão no REFIS AMBIENTAL fica condicionada à renúncia ao direito sobre o qual se funda eventuais questionamentos de créditos ambientais da Fazenda Municipal, ajuizados ou não, inscritos em dívida ativa ou não.

Art. 4º O Secretário Municipal de Meio Ambiente é a autoridade administrativa competente para cancelar a transação administrativa, judicial ou deferir o parcelamento em tal âmbito.

Parágrafo único. Poderá o Secretário Municipal de Meio Ambiente baixar Portaria designando servidores para os fins do *caput* deste artigo.

Art. 5º Os débitos apurados serão atualizados monetariamente e incorporados os acréscimos previstos na legislação vigente até a data da opção, podendo ser liquidados com pagamento a vista ou parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas.

Art. 6º Os percentuais de redução das multas moratórias e dos juros de mora serão concedidos da seguinte forma:

I - para pagamento à vista, 98% (noventa e oito por cento) de redução das multas moratórias e juros de mora;

II – para pagamento parcelado, entrada no percentual mínimo de 10% (dez por cento), parcela mínima de R\$ 300,00 (trezentos reais) e redução do valor da multa moratória e dos juros nos seguintes percentuais:

Parcela	Redução	Parcela	Redução
1	98,00%	31	21,63%
2	95,21%	32	20,48%
3	92,50%	33	19,36%
4	89,87%	34	18,29%
5	87,31%	35	17,26%
6	84,83%	36	16,27%
7	82,42%	37	15,32%

— 9



PREFEITURA DE

**RIO VERDE**

Avenida Presidente Vargas, 3.215 - Vila Maria  
CEP: 75905-900 - Rio Verde - Goiás  
Fone: (64) 3602-8000  
[www.rioverde.go.gov.br](http://www.rioverde.go.gov.br)

8	80,07%	38	14,40%
9	77,79%	39	13,52%
10	75,58%	40	12,68%
11	73,43%	41	11,86%
12	71,34%	42	11,08%
13	69,31%	43	10,32%
14	67,34%	44	9,59%
15	65,42%	45	8,89%
16	63,56%	46	8,22%
17	61,75%	47	7,57%
18	60,00%	48	6,94%
19	40,00%	49	6,34%
20	38,09%	50	5,76%
21	36,25%	51	5,20%
22	34,50%	52	4,66%
23	32,82%	53	4,14%
24	31,21%	54	3,64%
25	29,67%	55	3,16%
26	28,19%	56	2,70%
27	26,77%	57	2,25%
28	25,41%	58	1,82%
29	24,10%	59	1,40%
30	22,84%	60	1,00%

III – redução de 50% (cinquenta por cento) do valor de multas diárias ajustadas em Termos de Compromisso e Termos de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo.

Parágrafo único. O pagamento da entrada ou da parcela única, no caso de pagamento à vista, deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da assinatura do termo de adesão.





Art. 7º Sobre o saldo devedor parcelado incidirão juros de 0,5% correção monetária pelo INPC/IBGE, ambos mensais, sucessíveis e capitalizáveis.

Parágrafo único. Não haverá incidência de juros e correção monetária de que trata o *caput* deste artigo em transações para pagamento em até 06 (seis) parcelas.

Art. 8º A opção pelo REFIS Ambiental considera-se formalizada com o pagamento à vista do crédito consolidado ou com a assinatura, escrita ou digital, do Termo de Acordo e Confissão Dívida.

Art. 9º A opção pelo REFIS Ambiental implica a assunção das seguintes obrigações:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos abrangidos pela transação;

II - a aceitação plena e irretratável das condições estabelecidas nesta Lei;

III - cumprimento regular das parcelas do débito consolidado.

§ 1º A adesão ao REFIS implicará na suspensão das ações judiciais, mantidos todos os gravames e garantias até a final quitação do débito negociado, exceto as ações de autoria de contribuintes que deverão ser extintas com resolução do mérito em razão da transação.

§ 2º A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento antes efetuada pelo contribuinte, administrativo ou judicial, de acordo com o saldo remanescente para pagamento, ressalvados valores já pagos que não serão afetados pelo regramento do REFIS.

Art. 10. Quando o pedido de parcelamento incidir sobre débitos que estejam sob a competência da Procuradoria do Município, o devedor deverá promover o pagamento à vista, junto com o percentual determinado como entrada, das custas processuais e dos honorários advocatícios devidos na forma do Código de Processo Civil e art. 54-A, inciso III, da Lei Complementar n. 5.564/2009.

Art. 11. O não pagamento da entrada, o não cumprimento de qualquer outra obrigação relativa ao termo de transação, ou o inadimplemento de 03 (três) ou mais parcelas, consecutivas ou não, implicará no vencimento antecipado da dívida independentemente de prévio aviso ou notificação, e a exigência do débito na sua integralidade, com expurgo de todos os descontos concedidos, ficando o acordo automaticamente prejudicado, exceto no que refere à confissão da dívida pelo devedor, renúncia ou desistência de qualquer defesa, embargos ou recursos, seja em processos administrativos seja em judiciais.

§ 1º. A exclusão do contribuinte do REFIS implicará a exigibilidade imediata da totalidade do débito objeto da transação, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os valores originários, inclusive de multa diária ajustada em Termos de Compromisso e de Ajustamento de Conduta, com a incidência dos acréscimos legais na forma da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, e inscrição automática do débito em dívida ativa e consequente cobrança judicial.

§ 2º. Em caso de inadimplemento, o Município poderá optar pela cobrança bancária do débito, valendo o respectivo boleto de cobrança como instrumento de protesto a ser providenciado pela instituição bancária responsável, junto ao Cartório de Títulos e Documentos ou, na forma do regulamento, ter os seus débitos ajuizados e protestados, com fulcro no parágrafo único do art. 1º, da Lei Federal nº 9.429, de 10 de setembro de 1997.

Art. 12. Os efeitos desta Lei não retroagirão de modo que o gozo dos benefícios por ela instituídos não conferem direito à restituição ou compensação de importâncias já pagas, seja a que título for.



PREFEITURA DE

**RIO VERDE**

Avenida Presidente Vargas, 3.215 - Vila Maria

CEP: 75905-900 - Rio Verde - Goiás

Fone: (64) 3602-8000

www.rioverde.go.gov.br

Art. 13. É facultada a qualquer pessoa, física ou jurídica, assumir solidariamente ou liquidar débitos tributários de terceiros mediante procuração outorgada pelo devedor, assunção que deverá contar com a anuência expressa da Fazenda Pública Municipal.

Art. 14. A opção pelo parcelamento dos débitos, na forma estabelecida nesta lei, possibilita ao contribuinte a obtenção de certidão positiva de débitos com efeito de negativa, de acordo com o art. 206 do CTN.

Art. 15. A adesão ao REFIS importa em autorização, por parte do devedor, para o Município de Rio Verde-GO negociar no mercado financeiro os acordos e parcelamentos objetos da presente lei.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 15 de dezembro de 2023.

**Gabinete do Prefeito de Rio Verde-GO, aos 28 de agosto de 2023.**

**Paulo Faria do Vale**  
**PREFEITO DE RIO VERDE**

**Vinícius Fonsêca Campos**  
**PROCURADOR-GERAL**

Registrado e publicado no placar  
dos atos oficiais da Prefeitura.  
Em 28 de agosto de 2023  
Servidor Arduana Pinis  
Matricula 3009428

Protocolo: 2023 012445